

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Fábio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



PL diz que Moraes será um dos alvos da investigação

Oposição quer forçar abertura de CPMI do Banco Master

Uma das prioridades da oposição na reabertura do Congresso será criar uma CPI mista para apurar o caso do Banco Master. O principal alvo será o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, inimigo número 1 dos bolsonaristas. O escritório de advocacia da mulher dele, Viviane Barci de Moraes, tinha um contrato com a instituição financeira que previa pagamentos mensais de R\$ 3,6 milhões. De acordo com reportagens, o ministro também teria atuado junto ao Banco Central para favorecer o Master. Segundo os líderes do PL na Câmara e no Senado, Sóstenes Cavalcante e Carlos Portinho, já há número suficiente de assinaturas para que a CPMI seja instalada.

Investigação mista é mais simples

Sóstenes ressalta que a criação de uma CPMI é mais simples do que a de uma CPI numa das duas casas. O regimento do Congresso prevê instalação “automática” caso haja assinaturas suficientes. Não há necessidade de publicação do requerimento de criação pelo presidente da Câmara ou do Senado. Mas para ser formalizada, a CPMI depende de convocação de uma sessão do Congresso.

Lula Marques/Agência Brasil



Presidente do Congresso precisa convocar sessão

Nas mãos de Alcolumbre

É aí que a situação fica complicada: a sessão precisa ser convocada pelo presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), aliado do governador de seu estado, Clécio Luís (Solidariedade). Uma CPMI não poderia deixar de investigar a compra de papéis do Master por fundos de pensão de alguns estados, entre eles, o Amapá e o Rio de Janeiro. Também de oposição, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), não escaparia da investigação, já que tentou fazer o BRB comprar o Master.

O veto e o voto

Sóstenes e Portinho contam com um trunfo para que Alcolumbre convoque uma sessão do Congresso: a necessidade de exame do provável veto do presidente Lula (PT) ao projeto de lei que facilita a vida de condenados por golpismo. O projeto passou com facilidade na Câmara e no Senado, o que indica grande chance de o veto ser derrubado.

STF é dúvida

Assinaram o pedido de CPMI políticos do PL e uma ala à direita do Centrão; o PT ficou fora. Se Alcolumbre enrolar, a oposição pode recorrer ao STF, mas Portinho duvida que a corte vá repetir o que fez com a CPI da Covid e obrigar o Congresso a instalar a CPMI — esta, afinal, investigará um ministro.

Samba na mira 1

Por falar no Sóstenes: ele disse à coluna que acionou o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o senador Flávio Bolsonaro (RJ), pré-candidato à Presidência. Quer que eles mobilizem advogados do partido para que tentem impedir a homenagem a Lula no Sambódromo, pela Acadêmicos de Niterói.

Samba na mira 2

O líder do PL afirmou que espera respostas de Valdemar e de Flávio. Para ele, a escola fará campanha eleitoral com uso de verbas públicas. Como mostrou a Coluna Magnavita, a Acadêmicos e a Viradouro, escolas de Niterói, receberam, respectivamente, R\$ 4 milhões e R\$ 5 milhões da prefeitura da cidade.

Pedra no caminho

A decisão de Flávio de tentar o Planalto parecia ter garantido a Portinho uma vaga para a disputa do Senado. Mas o senador diz que o governador Cláudio Castro (PL), de olho com uma aliança com Eduardo Paes, prefere indicar Pedro Paulo (PSD). “Ele (Castro) quer me tirar do caminho”, diz. A outra vaga, em tese, ficará com o próprio governador.

Essa gente

A polêmica gerada pelo palco gospel no Réveillon de Copacabana e por declarações de Paes continua tendo consequências. Representantes de religiões de matrizes africanas decidiram fazer um protesto na próxima quarta, dia 14, diante da Prefeitura do Rio, batizado de “Essa gente somos nós”.

Estátua

Ainda em 2025, Paes, ao saber de críticas ao palco feitas pelo babalaô Ivanir dos Santos, reclamou do “preconceito dessa gente”. No dia 25 haverá ato em Copacabana, em que será reivindicada uma estátua para Tata Tancredo, que levou a homenagem a Iemanjá para as praias. O prefeito declarou que fará o monumento.



Benoni: invasão “ultrapassa linha inaceitável”

Na OEA, Brasil critica invasão da Venezuela

Ao Correio, especialistas analisam impactos

Por Gabriela Gallo

Em meio às repercussões entre o conflito entre a Venezuela e os Estados Unidos, o embaixador do Brasil junto ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), Benoni Belli, criticou, nesta terça-feira (6), a invasão dos Estados Unidos, alegando que a situação “ultrapassa uma linha inaceitável”.

“Não podemos aceitar o argumento de que os fins justificam os meios. Esse raciocínio carece de legitimidade e abre a possibilidade de conferir aos mais fortes o direito de definir o que é justo ou injusto, o que é certo ou errado, de ignorar as soberanias nacionais ditando as decisões que devem tomar os mais fracos”, ele declarou em reunião extraordinária da OEA.

Fluxo migratório

Desde que os Estados Unidos invadiram a Venezuela e sequestraram o então presidente Nicolás Maduro, acusado pelos americanos por supostamente liderar uma organização narcoterrorista, seguem as repercussões das consequências do conflito no Brasil. Ao Correio da Manhã, a advogada especialista em direito internacional Hanna Gomes cita que, dentre as consequências no Brasil em relação ao conflito venezuelano com os Estados Unidos, está o aumento do fluxo migratório

que pode impactar os sistemas de benefícios sociais e de saúde no norte do país.

“Já como consequência econômica e geopolítica, a instabilidade na região pode afetar o preço do petróleo no mercado internacional, impactando a política de preços da Petrobras e, consequentemente, a inflação (combustíveis e alimentos) no Brasil”, ela reiterou.

A reportagem também conversou com a Mestre em Direito Internacional e Relações Exteriores e Internacionais pelo Instituto Europeu Campus Stellae (Espanha) Elisa de Sousa Ribeiro, que também reiterou a necessidade do controle e proteção da fronteira contra o crime organizado.

Controle das fronteiras

“Em cenário de colapso estatal num país vizinho, poderia ser utilizada a área de fronteira para dar vazão aos produtos ilícitos e o tráfico de drogas, contrabando de armas ou de documentos falsos. Então, existe o risco de que facções transnacionais cruzem a fronteira da Venezuela com o Brasil”, declarou a advogada internacionalista.

Na mesma linha da participação brasileira na OEA, Hanna Gomes avalia que, no atual cenário, a tendência é que a diplomacia do Brasil mantenha sua tradição de neutralidade, porém atuando sob a doutrina de “disuadir e proteger”.